

CONHECER PELAS FRESTAS: A SOCIOLOGIA ENSAÍSTICA DE ROBERTO SCHWARZ

Dora Girardello Hoff¹

Resumo:

O trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado — ainda em andamento — que tem como objetivo investigar os aspectos sociológicos presentes na obra de Roberto Schwarz. O autor, que atuou principalmente em departamentos de teoria literária, se vincula à crítica dialética, uma tradição mobilizada para a interpretação da relação entre forma literária e processo social. Assim, partimos da premissa de que vários dos mesmos objetos de investigação que eram caros à tradição sociológica paulista dos anos 60 e 70 foram mobilizados por Roberto Schwarz — que, em vez de acessá-los por meio de pesquisa empírica, os percebe como elementos constitutivos da forma literária. Nesse sentido acreditamos que é possível encontrar na obra do autor uma sociologia única, dado que sua investigação a respeito da sociedade brasileira se dá por uma via estética. As publicações de Roberto Schwarz são, em grande medida, ensaísticas. Iremos buscar refletir sobre a maneira como tal forma contribui para o pensamento do autor e para a sociologia presente em sua obra. Se o ensaio foi a forma encontrada pelos antecessores e precursores da sociologia brasileira para pensar o país, no caso da obra de Roberto Schwarz a impressão que temos é a de que o ensaio chega por outro caminho, muito mais próximo do ensaio adorniano do que da tradição já então consolidada do ensaísmo de interpretação do Brasil. Ao privilegiar mais a livre experimentação do pensamento do que a busca pela objetividade, consideramos que a reflexão ensaística de Roberto Schwarz contribui para uma renovação da maneira como encaramos a sociologia no Brasil.

Palavras-chave: Roberto Schwarz; ensaio; pensamento sociológico.

Discovering through the gaps: the essayistic sociology of Roberto Schwarz

Abstract:

This paper is a part of an ongoing master's study dedicated to investigating sociological aspects present in the work of Roberto Schwarz. For most of his career he worked in departments of literary theory, and Schwarz is affiliated to the tradition of dialectical criticism, which sought to interpret the relationship between literary form and social processes. We begin with the premise that many of the research objects that were important to sociological debates in São Paulo in the 1960s and '70s were also examined by Schwarz. Although instead of accessing them through empirical research, he perceived them as elements present in the literary form. We believe that it is possible to find in Schwarz's work a unique sociology, since he investigates Brazilian society through aesthetic lenses. Schwarz's published works are mostly comprised by essays. We will try to reflect

¹ Mestranda em Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2022).

on how this form contributes to his thinking and the sociology present in his work. While the essay was the form that the predecessors of Brazilian sociology used to think about the country, our impression is that Schwarz reached the essay through a different path — much closer to the Adornian essay than the already canonized essayistic tradition of interpretation of Brazil. By prioritizing the free experimentation of thinking more than a search for objectivity, we believe that Schwarz's essayistic reflection can contribute to a reshaping of the way we see sociology in Brazil.

Key words: Roberto Schwarz; essay; sociological thought.

Saber a través de las grietas: la sociología ensayística de Roberto Schwarz

Resumen:

El trabajo es parte de una investigación de maestría – aún en curso– que tiene como objetivo investigar los aspectos sociológicos presentes en la obra de Roberto Schwarz. Este autor, que actuó principalmente en departamentos de teoría literaria, está vinculado a la crítica dialéctica, una tradición atenta a la interpretación de la relación entre forma literaria y proceso social. Así, partimos de la premisa de que varios de los mismos objetos de investigación que eran importantes para la tradición sociológica paulista de los años 60 y 70 fueron movilizados por Roberto Schwarz, quien, en lugar de acceder a ellos por medio de investigaciones empíricas, los percibe como elementos constitutivos de la forma literaria. En este sentido, creemos que es posible encontrar una sociología única en la obra del autor, dado que su investigación sobre la sociedad brasileña se realiza a través de una ruta estética. Las publicaciones de Roberto Schwarz son, en gran medida, ensayísticas. Buscaremos reflexionar sobre la manera en que esta forma contribuye al pensamiento del autor y a la sociología presente en su obra. Si el ensayo fue el camino encontrado por los antecesores y precursores de la sociología brasileña para pensar el país, en el caso de la obra de Roberto Schwarz la impresión que tenemos es que el ensayo llega de otra manera, mucho más cercana al ensayo adorniano que a la tradición ya consolidada del ensayismo interpretativo brasileño. Al priorizar la libre experimentación del pensamiento más que la búsqueda de la objetividad, consideramos que la reflexión ensayística de Roberto Schwarz contribuye a una renovación de la forma en que vemos la sociología en Brasil.

Palabras clave: Roberto Schwarz; ensayo; pensamiento sociológico.

Polêmico por excelência, Roberto Schwarz não deixa de ser um dos grandes nomes da crítica literária no Brasil — se alguns olham com desconfiança para a heterodoxia de sua obra, outros até arriscam dizer que Schwarz é, sem tirar nem por, “o maior crítico marxista de nossos tempos” (MORETTI, 2021, p. 97). Conhecido internacionalmente por seus estudos a respeito da obra de Machado de Assis, o crítico deu o passo inovador de buscar caminhos, presentes na própria forma literária dos romances machadianos, que fornecessem respostas a indagações que muitas vezes vinham da própria sociologia. Sua perspectiva é a da crítica dialéctica, inspirada na “tradição — contraditória — formada por

Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno” (SCHWARZ, 2012a, p. 13) mas que, em Schwarz — que nunca foi muito chegado à “aplicação” dos métodos de outros autores — assume feições novas. As perguntas que o motivam parecem especificamente brasileiras, mas o percurso trilhado na busca de resolvê-las nunca deixa de considerar os movimentos gerais da modernidade. Ora, na perspectiva de Schwarz, aquilo que na periferia aparece enquanto atraso é, na realidade, um projeto — absolutamente moderno, diga-se de passagem.

Judeu, nascido na Áustria em 1938, Roberto Schwarz era ainda pequeno quando sua família se vê obrigada a deixar tudo para trás e migrar para o Brasil fugindo dos horrores do nazismo. Filho de intelectuais — sua mãe era bioquímica e seu pai advogado, com aspirações a romancista — a juventude de Schwarz se dividia entre, por um lado, a paixão pelo esporte e o convívio com amigos considerados por ele como “os maiores cafajestes” (SCHWARZ, 2009, p. 227) e, por outro, a tentativa de parecer intelectual enquanto estava em casa. Seguindo os conselhos de Anatol Rosenfeld, que era amigo de seu pai, Roberto Schwarz prestou vestibular para o curso de Ciências Sociais na USP. Ali, ele teve a oportunidade de participar dos encontros do conhecido grupo de estudos de O Capital — liderado por José Arthur Giannotti — que foi pioneiro na inserção do pensamento marxista no debate acadêmico brasileiro. Ao mesmo tempo em que pode se engajar com as discussões enérgicas no grupo — que abordavam o marxismo sem nunca deixar o Brasil de lado — o jovem apaixonado por literatura se encontrava frustrado com a exigência da pesquisa empírica e do modelo científico de sociologia que predominava na USP naquele período. Ele recorre, então, a seu professor Antonio Candido, que recém havia saído do posto de assistente na sociologia para dar aulas de literatura em uma universidade do interior. Como resultado da conversa, Schwarz acaba por cursar um mestrado em teoria literária na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Assim ele poderia, após seu retorno ao Brasil, atuar como professor assistente de Candido em uma cadeira de literatura.

Se a vinculação oficial de Schwarz à sociologia se deu apenas no período de sua graduação, acreditamos que de modo algum o crítico a abandonou por completo. O vocabulário sociológico é absolutamente presente em seus feitos ensaísticos. Seja o favor, a escravidão, o liberalismo ou o paternalismo — entre uma gama de outras questões —, não é difícil aproximar os problemas teóricos de Roberto Schwarz àqueles discutidos nos cursos de sociologia da USP.

A grande diferença, talvez, seja de ordem analítica. Roberto Schwarz investiga a sociedade brasileira por um viés estético, que se volta à crítica da relação entre a forma literária e os processos sociais. Dessa maneira, em Schwarz, a forma literária é transfigurada em objeto de investigação sociológica, e o ensaio, ao invés do artigo científico, passa a ser a principal forma de divulgação de suas ideias.

Ao seguir os passos dessa “tradição contraditória” — que se recusa a posicionar a arte em um polo completamente oposto ao da sociedade sem, no entanto, despi-la de qualidade estética — Roberto Schwarz desenvolve, em nossa perspectiva, uma maneira muito única de fazer sociologia. Sociologia esta marcada por sua impureza, já que é a interpretação da obra de arte, e não a pesquisa empírica e quantitativa, que se situa em primeiro plano. Apoiada no modelo ensaístico de inspiração adorniana, que privilegia mais a livre experimentação do pensamento do que a busca pela objetividade, o feito de Schwarz teria a capacidade de constituir uma “sociologia nova” (QUERIDO, 2019a, p. 240), que tem como fonte a organização formal dos romances de Machado de Assis. Nesse sentido, o que à primeira vista aparenta ser apenas crítica literária anda de mãos dadas com a teoria social. Se hoje sociólogos como Gabriel Cohn defendem uma mirada sociológica aberta à interlocução e atenta àquilo que acontece nas “entrelinhas da sociedade”, de modo a deixar de lado a busca pelo meramente linear ou imediatamente disponível (COHN, 2023, s/p), acreditamos que o estudo da obra ensaística de Roberto Schwarz seja um bom ponto de partida para pensar nessa proposta de renovação da sociologia no Brasil.

Preambulo: do ensaio à constituição de uma sociologia científica

Se, na Europa, a sociologia é uma ciência que nasce a partir de processos de secularização e de racionalização, o mesmo percurso não seria possível no Brasil oitocentista, devido à nossa condição escravocrata e patrimonial (FERNANDES, 1977a). É apenas em 1934, com a fundação da USP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que a sociologia assume no Brasil uma feição propriamente acadêmica. É evidente, entretanto, que seu processo tardio de constituição não impediu que intelectuais brasileiros se aventurassem na tarefa de interpretar e compreender as origens, a formação e a configuração da sociedade brasileira — de maneira mais independente, fora do esquadro científico cartesiano. Especialmente nas décadas de 1920 a 1940, são publicadas obras

ensaísticas que impactaram — e seguem impactando — profundamente os estudos sobre o Brasil no universo das humanidades. *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. — publicados entre 1933 e 1942 — são livros que, mesmo com o passar dos anos, permanecem canônicos e concederam a seus autores o título de Intérpretes do Brasil. Ainda que partam de diferentes pressupostos teóricos, a opção de seus autores pelo ensaio serve como elo de aproximação entre os três trabalhos — que, posteriormente, passam a ser denominados como *ensaísmo de interpretação do Brasil*. Na leitura de Antonio Candido, essas obras são elementos chave para compreender a maneira como os membros de sua geração aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil (CANDIDO, 2016); já Fernando Henrique Cardoso dá um passo ainda mais ousado e afirma que são esses os livros que inventaram o país (CARDOSO, 1993). Em síntese, podemos dizer que o pensamento desses intelectuais, que nas décadas de 30 e 40 escolheram o ensaio como sua maneira de expressão, foi fundamental para o processo de acumulação teórica que possibilitou a organização de uma ciência social institucionalizada no país, abrindo caminhos para o refinamento teórico e metodológico de suas discussões fundamentais (CHAGURI, 2020).

Entretanto, apesar de hoje percebermos o papel fundador destes ensaios de formação e sua incontornabilidade dentro dos estudos sobre a sociedade brasileira, nem sempre foi assim. Ao se afirmar como ciência dentro das paredes da universidade, para poder conquistar sua legitimidade, a sociologia passa a necessitar considerar pré-científico todo o conhecimento produzido antes de sua formalização disciplinar (ARRUDA, 1989). É nesse sentido que Florestan Fernandes — primeiro brasileiro a ocupar a cátedra de Sociologia I na USP — enquadra o ensaio na forma pré-científica do “estudo sociológico” que, em sua concepção, poderia acabar levando a confusões perigosas sobre o significado da sociologia formal: “elas [as três noções de estudo sociológico apontadas por Fernandes] também podem ser encaradas como obstáculos culturais às inovações que precisam ser introduzidas nas instituições em que se praticam o ensino e a pesquisa no campo da Sociologia” (FERNANDES, 1977b, p. 60).

Ao assumir a cadeira de Sociologia I, em 1954, Florestan Fernandes lança-se à tarefa de reformular a sociologia que vinha sendo construída na USP até então. A tarefa assumida por seu grupo era

a de superar um conhecimento considerado excessivamente teórico e desinteressado, de modo a abrir espaço para uma sociologia verdadeiramente científica: obrigatoriamente pautada na pesquisa empírica, especializada e apoiada no trabalho em grupo (PULICI, 2007). Para aqueles reunidos ao redor do projeto de Fernandes o fato da sociologia não operar da mesma maneira que as ciências experimentais não deveria ser pretexto para a anulação de seu compromisso com o rigor científico, afinal

As mesmas regras fundamentais orientam o ajustamento dos investigadores a diferentes situações de pesquisa, como as que se apresentam na física, na química, na biologia, na psicologia ou na sociologia. Em termos operacionais, porém, são variáveis os requisitos de conhecimento objetivo da realidade (FERNANDES, 1972, p. 3).

Desse modo, se o ensaio cumpriu um papel importante na história das ciências sociais no Brasil, o processo de institucionalização da sociologia enquanto disciplina científica fez com que essa forma mais livre de expressão fosse gradualmente perdendo seu espaço dentro das universidades. Para além da exigência metodológica do trabalho empírico, a “busca da noção correta” resultou na valorização de um estilo textual bastante analítico, seco e objetivo (ARRUDA, 1995, p. 140) — ideal para atingir a precisão conceitual e bastante diferente do ensaio com seus floreios e percursos que beiram a literatura.

O ensaio em Roberto Schwarz

É verdade que, apesar das duras críticas feitas à forma ensaística por Florestan Fernandes, o ensaio de interpretação do Brasil não encontrou seu fim com a racionalização do fazer sociológico ocorrida na USP entre os anos 1950 e 1960. Em 1958, Raymundo Faoro publicou seu ensaio *Os donos do Poder*, que recebeu uma segunda versão ampliada em 1979. A obra, uma interpretação do patrimonialismo brasileiro, segue um movimento semelhante àquele realizado pelos intérpretes clássicos da geração de 30 e 40: Faoro retorna até as origens medievais do Estado português e identifica ali elementos que fundamentam sua compreensão e análise da sociedade brasileira. Mesmo Florestan Fernandes, após ser compulsoriamente aposentado pela ditadura militar, publicou o ensaio *A revolução burguesa no Brasil*, uma obra que, como ele próprio dizia, mesmo sem as pretensões de ser um tratado de sociologia acadêmica, jamais poderia ter sido escrita caso o autor não fosse, também, sociólogo (FERNANDES, 1976). Ainda na década de 1970, Roberto DaMatta publicou seu ensaio a respeito dos rituais na cultura brasileira: *Carnavais, malandros e heróis*. Mais

recentemente, em 1995, Darcy Ribeiro publicou outro ensaio fundamental de interpretação do Brasil: *O povo brasileiro*. Em síntese, se a sociologia universitária procurou se afastar do estilo ensaístico, a forma textual do ensaio não foi esquecida em um canto empoeirado, mas manteve seu papel de importância na maneira como pensamos o Brasil ainda hoje.

No caso da obra de Roberto Schwarz, porém, a impressão que temos é a de que o ensaio chega por outro caminho, muito mais próximo do ensaio adorniano do que da tradição já então consolidada do ensaísmo histórico-sociológico brasileiro. Pensadores contemporâneos, como André Botelho, problematizam a imagem criada *a posteriori* de que os ensaios das décadas de 20, 30 e 40 constituam uma unidade estruturada, para não perder de vista as diferenças significativas que existem entre eles, afinal seus autores não eram um grupo organizado em torno de interesses e perspectivas comuns (BOTELHO, 2010). Ainda assim, existe algo no ensaio de Schwarz que torna difícil enquadrá-lo dentro desta tradição já bastante “desenquadrada”.

Se para a sociologia que se estabeleceu na USP entre as décadas de 1950 e 1960 a adoção do método científico era imperativa, Roberto Schwarz encontrou no ensaio de inspiração adorniana um espaço “metodologicamente sem método” (ADORNO, 2003a, p. 30), mas cuja recusa metodológica não se dá por preguiça e nem implica um esvaziamento do pensamento. Diferentemente da ciência, o ensaio concebido por Adorno em “O ensaio como forma” não se satisfaz com a busca da objetividade como finalidade última do pensamento e nem com a elaboração de um conhecimento inteiramente novo; por outro lado, apesar de recusar a separação entre forma e conteúdo, o ensaio tampouco pode ser enquadrado na esfera da arte — dado que lida com conceitos. Se o ensaio não renuncia à busca por algum teor de verdade, sua via de acesso à realidade se dá pelas frestas: ao incorporar o caráter fragmentário da realidade a sua própria forma, o ensaio recusa as pretensões de completude da ciência positiva e prefere se debruçar sobre aquilo que é efêmero e transitório. Menos do que simples evasão, a recusa da definição se alinha à noção adorniana de que o conhecimento jamais terá a capacidade de capturar seus objetos como um todo: qualquer conceito irá sempre apontar para um elemento não conceitual (ADORNO, 2009). Sem se prender às amarras do ideal de busca pela certeza que rege o pensamento científico, o ensaio não treme diante da possibilidade do fracasso. Crucial mesmo é seu percurso, e não o ponto de chegada.

Todavia, na intimidade cotidiana dos círculos intelectuais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, havia uma figura cuja influência fora tão decisiva para Roberto Schwarz quanto aquela de Adorno. Em combate aberto aos ditames da objetividade pregados pela crítica literária universitária que se instalava no Brasil a partir da década de 1950, Antonio Candido preferia seguir por caminhos menos rígidos. Sua produção intelectual, ensaística por natureza, insistia no primado da interpretação: segundo Davi Arrigucci Jr., a espontaneidade imaginativa despertada no momento da leitura seria, para Candido, uma etapa essencial ao ato crítico (ARRIGUCCI JR., 1999, p. 235). É por isso que em seus textos as ideias vão sendo construídas gradualmente, mediante um sereno circular ao redor dos objetos que não tem pressa em chegar até o ponto final². Estamos próximos daquela defesa adorniana da fantasia subjetiva do ensaísta, sem a qual o conhecimento não pode se emancipar do purismo cientificista. De fato, a qualidade “impura” da obra de Candido foi determinante para que ele se afirmasse como um dos mais renomados intelectuais brasileiros. Em “Dialética da malandragem” — ensaio que, segundo Schwarz, inaugura a crítica dialética no Brasil —, Candido rompia com os limites disciplinares e mostrava ao público brasileiro os potenciais interpretativos do estudo que procura localizar os termos de mediação entre literatura e realidade. Mesmo já oficializada sua transferência para o Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, a preocupação de Candido com a análise estética permanecia fortemente alinhada às discussões realizadas no contexto das ciências sociais brasileiras, especialmente aquelas da USP. Assim, a produção crítica de Antonio Candido, com todos os seus desvios à norma sociológica, é considerada por alguns intérpretes como uma espécie clandestina de sociologia, conscientemente entrelaçada a duas tradições acadêmicas distintas (cf. RAMASSOTE, 2008). Do nosso ponto de vista, acreditamos que Roberto Schwarz pode ser considerado um dos grandes continuadores desse legado de Candido.

² Arrigucci Jr. escreve sobre a importância da paráfrase para os ensaios de Candido. Neste ato de recontar, o crítico vai elaborando o conjunto de suas primeiras impressões e indica qual o sentido de sua leitura (cf. ARRIGUCCI JR., 1999). Já Schwarz, em entrevista, afirmou que para aproximar-se da obra de Antonio Candido é preferível acompanhar o encadeamento do roteiro dos seus ensaios, em vez de indicar quais seriam os conceitos principais usados pelo crítico (cf. SCHWARZ, 2019a).

No caso dos ensaios clássicos de interpretação do Brasil, eles parecem contar histórias, ainda que não necessariamente sigam um percurso linear e se organizem de maneiras diversas. Em *Casa-Grande & Senzala*, o fio condutor são as três raças que haveriam se misturado para formar aquilo que hoje consideramos Brasil. Já *Raízes do Brasil* parte de uma sensação de descompasso no processo de implementação da cultura europeia em território brasileiro e busca investigá-la a partir das origens Ibéricas e em sua repercussão em diferentes instâncias do processo de formação do país: quem foram os colonizadores que chegaram aqui, quais foram as heranças legadas da sociedade rural e escravista, qual foi o processo de fundação das cidades, a constituição do Estado em proximidade com a família, quais perspectivas restariam para o nosso futuro. *Formação do Brasil Contemporâneo* se organiza por três aspectos do processo de colonização — o povoamento da colônia, as relações produtivas e a organização social em termos administrativos e políticos. São obras extensas, em que, ao longo de seu percurso, o leitor é acompanhado por uma mesma voz narrativa, que se indaga a respeito da *formação* disso que hoje entendemos como Brasil. Mesmo sendo possível utilizar alguns elementos da interpretação que Adorno faz sobre o ensaio para compreender estes textos formativos do pensamento social brasileiro, nenhum dos três se vincula à tradição da teoria crítica concebida em Frankfurt — até porque essas obras são anteriores a recepção dos teóricos frankfurtianos no Brasil. A escolha pelo ensaio, nesses casos, parece estar muito mais associada à possibilidade que essa forma oferece aos autores de elaborar textos amplos sem os rigores da formalização científica do que a uma vinculação ao projeto de crítica da ideologia, como é o caso do ensaio adorniano.

A obra ensaística de Roberto Schwarz assume uma posição diferente. Fora, talvez, *Ao vencedor as batatas*, *Um mestre na periferia do capitalismo* e *Duas meninas* — seus livros dedicados à interpretação da obra de Machado de Assis — a produção ensaística de Roberto Schwarz é composta por uma série de fragmentos. Raramente seus textos são longos — muitos inclusive sequer chegam a dez páginas — e um mesmo livro consegue tratar de uma infinidade de assuntos por meio de gêneros textuais distintos: ensaio, manifesto, entrevista, carta, conto, folhetim etc. Existe, entretanto, nexos entre os fragmentos — que, nas palavras de Alexandre Eulalio, compõem “um preciso itinerário que se completa pelos próprios descaminhos” (EULALIO, 1993, p. 315). Em um sentido,

podemos pensar que esse arranjo, em que diferentes partes se encontram, significa uma recusa a separar produção intelectual, artística e política, a partir da noção de que elas andam juntas (PASINI, 2021). Em outro, podemos perceber a repetição de algumas ideias e perspectivas que aparecem ao longo da obra de Schwarz e que são exploradas por ângulos diversos: a viagem das ideias estrangeiras até o Brasil e a maneira como elas se organizam por aqui, a relação entre o arcaico e o moderno e, quem sabe, a própria defesa do estético como um caminho para pensar o social, para citar algumas. Mas existe também uma outra etapa, que novamente vincula o ensaio de Schwarz ao de Adorno. Como vimos, o ensaio, para o filósofo europeu, explicita o caráter fragmentário da realidade; portanto, ao invés de tentar aplainá-la, sob a ilusão de que a totalidade pode ser acessada de modo imediato, o ensaio prefere buscar o real por meio dos instantes — recusando, assim, a pretensão de ser uma construção fechada (ADORNO, 2003a). Diferentemente dos ensaios clássicos de interpretação do Brasil que, como vimos anteriormente, podem ser imaginados como um único fio que vai se desenrolando, a obra de Roberto Schwarz parece mais uma colcha de retalhos. Uma colcha de retalhos bem tecida, pois nem por isso perde em riqueza teórica ou mesmo imaginativa. O fragmento, de fato, concede ao crítico a possibilidade de expandir seu olhar àquilo que escapa ao conhecimento interessado em atingir uma verdade acabada.

Se, de acordo com uma concepção mais tradicional de sociologia, os ensaios clássicos de interpretação do Brasil não cabem nos limites da disciplina, no caso de Roberto Schwarz, a distância é ainda mais acentuada. Ora, o crítico é um estudioso da literatura — formado em Ciências Sociais, sim, mas que ao longo de toda sua carreira acadêmica atuou em departamentos de Teoria Literária (SCHWARZ, 2021). Ao mesmo tempo, podemos argumentar que a mudança para o universo das letras não significou para Schwarz uma ruptura absoluta com a sociologia — entendida aqui em um sentido amplo, próximo daquela proposta de Adorno que se recusa em separar, em termos absolutos, a sociologia da filosofia (cf. ADORNO, 2008). Dado o contexto de valorização da pesquisa empírica que prevalecia no curso de Ciências Sociais na USP entre os anos 50 e 60, torna-se bastante compreensível o caminho do autor, que nunca foi muito afeito ao trabalho de quantificar dados³.

³ Em entrevista recente concedida a Fabio Mascaro Querido, Roberto Schwarz lembra da experiência de redigir um trabalho na graduação em Ciências Sociais para participar de um concurso do Centro Acadêmico: “Meu trabalho partia da

Vinculando-se, agora, a departamentos que permitiam uma maior experimentação do que a sociologia acadêmica naquele contexto, Schwarz pôde passar a fazer uso da ferramenta do ensaio para entrar mais fundo em seus objetos, abraçando suas contradições internas e chegando a lugares que não seriam possíveis de serem alcançados por meio de uma objetividade aparente (QUERIDO, 2019a). Há o vínculo com a sociologia — ainda que heterodoxa, desviante etc. —, pois Schwarz não é alguém que se fecha dentro da obra a ser criticada. Assim como seus mestres — Candido, Adorno ou mesmo Lukács — o crítico parte da perspectiva de que é possível encontrar caminhos que nos levem ao social na própria forma literária. Essa perspectiva não pode ser confundida com a prática de verificar se determinada obra artística expressa ou não certas práticas sociais ou conceitos sociológicos. Trata-se, sim, de procurar compreender aquilo que a própria forma pode nos informar sobre o social, o que é imanente a ela — rompendo com a ideia de que a literatura deva ser tomada como espelho da vida social (cf. ADORNO, 2003b; CANDIDO, 1975a, 1993a). Mais do que uma “versão estética de uma teoria sociológica”, para Schwarz, se trata da “explicação sociológica de uma evidência estética” (SCHWARZ, 2019b, p. 105).

Em certo sentido, a ênfase no elemento estético é a chave para compreender a diferença entre o ensaio de Roberto Schwarz e o ensaísmo de interpretação do Brasil. Ao ser questionado, em entrevista, a respeito de um programa crítico-sociológico, Schwarz afirmou que as explicações de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. não davam conta de explicar os romances machadianos de segunda fase. Nenhum daqueles três autores fornecia os elementos necessários para compreender a complementaridade e a sincronia entre atraso e progresso que é trabalhada por Machado: “é um *mix* que requer uma sociologia nova, que não está disponível, para a qual a crítica literária seria um indicador-chave” (SCHWARZ, 2019c, p. 245). Foi apenas quando Antonio Candido estabeleceu os termos que permitiam a articulação dos estudos internos e externos das obras de ficção, possibilitando a “sondagem do mundo contemporâneo *através* de

estética de Schiller, em que há uma teoria do jogo. O concurso, que era de ciências sociais, exigia pesquisa empírica, com quantificação e tudo, coisa que não me inspirava. O que fiz, então, foi colar a teoria do pobre Schiller a uma ‘pesquisa’ sobre o time de polo aquático em que eu jogava” (SCHWARZ, 2023, p. 15).

nossa literatura” (SCHWARZ, 1997a, p. 155, grifos no original), que esta sociologia nova de que falava Schwarz pode ser inaugurada.

Tomando seu nome em um sentido literal, o ensaio é a forma textual que, por excelência, concede espaço à tentativa, à incerteza. No caso do trabalho intelectual de Roberto Schwarz, talvez mais do que naqueles outros ensaios que se debruçam sobre o Brasil, a abertura para a dúvida constitui aspecto central do modo de expor as ideias. As constantes intromissões e ressalvas do narrador em meio ao texto — “salvo engano”, “espero não errar”, “talvez” ... — preparam o leitor para o exercício livre do pensar que virá a seguir, assentando o terreno para a dúvida e o alertando a permanecer atento (ALMEIDA, 2007). Desse modo, ao deixar de lado a pretensão de alcançar a verdade, valorizando mais o processo do que o ponto de chegada, a produção ensaística de Schwarz se afirma em um local distante daquele da sociologia científica de Florestan Fernandes — que, como já vimos, deixa de lado a valorização da qualidade estética do texto sociológico em favor da “busca da noção correta” (ARRUDA, 1995).

O caminho escolhido por Schwarz, que abraça o incerto, evidentemente não é desprovido de riscos, muito pelo contrário. Quem lê Roberto Schwarz precisa sempre se manter atento, já que a voz informal do narrador, que as vezes parece conversar com quem o lê, e o afastamento das modalidades mais tradicionais de escrita e pesquisa acadêmica (cf. CANDIDO, 2007) se dão a favor da possibilidade de livre experimentação do pensamento e do ponto de vista dialético — que entende que a realidade é permeada por contradições que devem ser colocadas no momento da crítica, em vez de serem evitadas a qualquer custo⁴. Uma das consequências dessa forma de construção do argumento é que nem sempre as coisas são aquilo que aparentam ser: no caso do ensaio “As ideias fora do lugar”, sua recepção acaba sendo, por vezes, nebulosa. Tantas foram as leituras que tomaram o título do texto como sua tese (RICUPERO, 2013) e, portanto, deixaram de acessar suas análises mais profundas, que mais de uma vez Roberto Schwarz precisou retornar ao ensaio e esclarecer aquilo que

⁴ Gabriel Cohn fez uma interessante analogia para explicar a diferença entre o ponto de vista dialético e o ponto de vista positivo: “onde um para o outro prossegue, em uma implacável busca de limites para transcendê-los. É como se, no exato ponto em que a veloz lebre positivista estaca e descansa, a infatigável tartaruga dialética encontrasse alento para prosseguir em seu rumo crítico, dilatando ao extremo os limites do campo” (COHN, 2008, p. 27).

pretendia dizer (cf. SCHWARZ, 2008, 2012b, 2019c). Simultaneamente, a escolha por esquivar-se da objetividade, ainda que perigosa, concede ao ensaio a possibilidade de ir além da superfície. Em sintonia com Adorno, que nos diz que “a plethora de significados encapsulada em cada fenômeno espiritual exige de seu receptor, para se desvelar, justamente aquela espontaneidade da fantasia subjetiva que é condenada em nome da disciplina objetiva” (ADORNO, 2003a, p. 17–18), acreditamos que é a liberdade concedida pela forma ensaística que permite a Roberto Schwarz chegar a lugares muito únicos em seu modo de pensar o Brasil — lugares estes que passam despercebidos ao encapsularmos nosso olhar sob uma perspectiva científica objetiva que se fecha em si mesma. Neste sentido, indo ao encontro da leitura de Fabio Mascaro Querido, que enxerga na obra ensaística de Schwarz um caminho para a constituição de uma possível sociologia nova, “heterodoxa, ‘impura’, instável” (QUERIDO, 2019a, p. 241), acreditamos que é nesses entrelugares, que não são nem arte e nem ciência, que habitam as grandes contribuições do autor à própria sociologia brasileira.

Entre a teoria literária e a teoria social

Ainda durante seus anos iniciais de graduação, Roberto Schwarz teve a oportunidade de participar do conhecido “Seminário Marx”, que começou a se reunir em 1958. O grupo foi formado inicialmente por professores de diferentes áreas de conhecimento — José Arthur Giannotti, da filosofia; Fernando Henrique Cardoso, e Octavio Ianni, da sociologia; e Fernando Antonio Novais, da história — que foram agregando outros professores e estudantes: Paul Singer, Ruth Cardoso, Bento Prado Jr., Francisco Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e Roberto Schwarz, para citar alguns daqueles que circularam no seminário. O caráter interdisciplinar do grupo não foi fruto do acaso: Giannotti, responsável por encabeçar a metodologia de trabalho do seminário, acreditava que, dada a envergadura da obra de Marx, o estudo sistemático de *O Capital* necessitava do diálogo entre diferentes disciplinas que pudessem se complementar entre si (GIANNOTTI, 1960).

Além do rigor metodológico, havia ainda um segundo aspecto da vida universitária que teve consequências na maneira como Marx foi trabalhado no seminário: a elaboração das teses de doutoramento de seus participantes. Tendo em vista a realização de seus próprios trabalhos de investigação, o Marx estudado pelo grupo passa a ser instrumento para pensar o Brasil, o que não

necessariamente é tarefa simples. Se, por um lado, as categorias marxistas tinham o potencial de servir como ferramenta de análise, por outro, nosso passado colonial implicava na inadequação de algumas ideias: nem a burguesia, nem a classe operária e nem a nação poderiam ser entendidas no mesmo sentido em que falava Marx — ainda que o capital fosse o mesmo, tanto aqui quanto na Europa. Sem “dispensar o marxismo, porque ele não coincidia com os fatos” ou “dispensar os fatos, por que eles não coincidiam com o marxismo” os seminaristas optaram por tomar o caminho do meio, a partir do entendimento que esses desencontros já eram, em si, dignos de reflexão teórica (SCHWARZ, 2017, p. 24).

Os desencontros entre a experiência brasileira e as teorias europeias — que foram identificados pelos membros do Seminário ao buscarem articular a estrutura de classes interna do país com os movimentos gerais do capital — passam a ser um problema teórico central entre os seminaristas: como explicar a débil proletarização brasileira, mesmo após a abolição do trabalho escravizado? Como lidar com a sensação de inautenticidade, que faz com que as ideias europeias pareçam girar em falso no Brasil? Como compreender nossa identidade nacional considerando o passado colonial do país? Como solucionar os impasses gerados pelo atraso da modernização brasileira? No que diz respeito ao trabalho intelectual, a problemática tem consequências importantes, visto que não seria mais possível pensar nas peculiaridades internas do Brasil sem pensar, também, na sua mediação com os movimentos mais amplos do mundo moderno. Essa a chave fundamental para compreender o papel do Seminário na trajetória intelectual de Roberto Schwarz.

Florestan Fernandes nunca foi convidado para participar do Seminário. No entanto, apesar de sua ausência física, a figura de Fernandes era determinante para o funcionamento do grupo. O rigor com que debatiam a obra de Marx, seguindo os métodos de *close reading*, certamente se aproxima da importância atribuída por Fernandes à especialização e a tecnificação do trabalho acadêmico. Ainda, é curioso que, como aponta Lidiane Soares Rodrigues (2011), considerando as diferentes áreas de conhecimento às quais os participantes do seminário se vinculavam, de modo geral suas teses de doutoramento gravitavam em torno dos debates da Cadeira de Sociologia I: capitalismo e escravidão, trabalho e desenvolvimento. Esse é um dos caminhos para pensar na sociologia de Roberto Schwarz que, mesmo tendo defendido sua tese apenas em 1976 — após um

doutorado de seis anos em Paris e, portanto, bastante afastado do universo das Ciências Sociais no Brasil —, retoma alguns dos debates do grupo.

O livro publicado a partir da tese de doutorado de Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, é, em primeiro lugar, um trabalho de teoria literária. Seu objeto de estudo são os romances de primeira fase de Machado de Assis — *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia* — somados a um capítulo inicial dedicado a *Senhora*, romance de José de Alencar. Ao mesmo tempo, é também um trabalho recheado de sociologia. Antes mesmo de chegar a Paris, o autor já tinha claro que gostaria de estudar o humor cosmopolita de Machado, a partir da intuição de que essa característica da obra literária se conectava, de alguma maneira, ao escravismo brasileiro. Se a caracterização do humor machadiano já vinha sendo elaborada por Schwarz em rascunho, o elo que tornou possível sua conexão com o Brasil foi encontrado a partir do estabelecimento de um diálogo entre duas teses defendidas por estudantes de Florestan Fernandes: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, e *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco — ambas mencionadas diretamente logo no texto que serve de abertura ao livro de Schwarz, “As ideias fora do lugar”. A escolha de aproximar os dois trabalhos era curiosa, considerando que Franco e Cardoso “não se bicavam e, se você dissesse que tinham feito trabalhos complementares, não ficariam felizes” (SCHWARZ, 2009, p. 233)⁵. Na leitura de Schwarz, porém, os livros de Cardoso e Franco exploravam duas partes de um mesmo processo: a “liberdade

⁵ Embora Schwarz insista na complementaridade entre os trabalhos de Cardoso e de Franco, Karim Helayel e Antonio Brasil Jr. argumentam que a divergência entre os dois sociólogos em relação ao patrimonialismo no Brasil pode ter sido fundamental para o desenvolvimento da tese da volubilidade (2019). Ao contrário de Cardoso, que argumentava que a sociedade rio-grandense havia se organizado sob uma “estrutura patrimonialista” (CARDOSO, 1977, p. 84), Franco entendia que os laços estabelecidos entre os senhores e seus dependentes eram demasiadamente fluidos, impedindo que essa relação pudesse ser qualificada como patrimonial. Em função das práticas capitalistas em desenvolvimento, os senhores poderiam, sempre que julgassem necessário, romper com os compromissos estabelecidos previamente com seus dependentes. Portanto, para Helayel e Brasil Jr., a ênfase de Schwarz na descontinuidade do comportamento das elites, elemento central da volubilidade, pode ser compreendida como uma aproximação do crítico ao diagnóstico de Franco (HELAYEL; BRASIL JR., 2019). De fato, apesar de o conceito de patrimonialismo aparecer repetidas vezes em *Ao vencedor as batatas*, a partir de *Um mestre na periferia do capitalismo* o termo praticamente desaparece do texto de Schwarz.

incivil” que aparecia nas relações entre classes dominantes e seus dependentes e subordinados no Brasil oitocentista (SCHWARZ, 2009, p. 238). Seja por meio da escravidão, das relações paternalistas, do trabalho livre ou mesmo da indiferença moderna, as elites nacionais dispunham de uma ampla variedade de meios para garantir alguma vantagem própria, sempre em função do desvalimento dos oprimidos. Além disso, ambas as obras tematizavam aspectos da organização social brasileira que se conectavam à modernidade sem prejuízo dos vários desvios que eram cometidos em relação à própria norma moderna. Aquela “sociologia nova”, necessária para a interpretação do romance machadiano de segunda fase, começava enfim a ganhar corpo — embora, nesses casos, o passo para o plano literário que havia sido inaugurado por Candido estivesse ausente.

Em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, Fernando Henrique Cardoso demonstrava a existência de conexões efetivas entre a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento do capitalismo na mesma região. Mesmo que, em última instância, capitalismo e escravidão sejam incompatíveis — afinal, o trabalho assalariado é um componente essencial para o funcionamento capitalista em sentido pleno —, o regime escravista gaúcho não apenas operava dentro da lógica do capitalismo comercial como, também, permitia a obtenção de taxas elevadas de lucro (CARDOSO, 1977). A tese levava Schwarz a perceber que, em determinados casos, a implementação de um regime escravocrata havia sido necessária para que o capitalismo pudesse se desenvolver, “de sorte que nem ele [o capitalismo] é tão avançado, nem ela [a escravidão] tão atrasada” (SCHWARZ, 1999 p. 94). Para o crítico, isso significava que as noções lineares de progresso eram ilusórias, e que os vícios da sociedade brasileira não poderiam ser compreendidos como meros resquícios do passado colonial: “contra as miragens ideológicas, cabe à crítica elucidar as relações de toda ordem, em especial as regressões, de que se compõe o progresso” (SCHWARZ, 1999a, p. 95). Além do mais, Cardoso argumentava que o movimento abolicionista no sul do país era indiferente em relação ao destino da população negra. Abolir a escravidão não significava, portanto, lutar pela emancipação dos trabalhadores escravizados — que, na verdade, eram vistos por muitos abolicionistas como a *causa* mesmo do atraso. Não importava que os negros fossem abandonados à sua própria sorte, já que o objetivo do movimento era abrir espaço para que formas mais modernas de produção pudessem aflorar:

O braço livre desejado era o braço estrangeiro, sem mácula, não o braço do liberto ou do negro degradado pela escravidão. Esse, ao contrário, passava a ser considerado *em si mesmo*, independentemente do sistema escravocrata, como causa de ociosidade, marasmo, dissolução. O que fora fruto da escravidão passava a ser confundido como sua causa e tido como fator de imobilismo e atraso (CARDOSO, 1977, p. 201, grifos no original).

Já *Homens livres na ordem escravocrata* discute a “unidade contraditória” (FRANCO, 1997, p. 11) sob a qual se organizou o Brasil durante o período colonial — que conciliava a produção de mercadorias para exportação com a reprodução dos meios de vida. Tendo a unidade contraditória como ponto de partida, o olhar da socióloga se volta ao grupo de homens livres expropriados que, apesar de comporem a população do país, eram dispensáveis à manutenção da ordem social — já que eles não participavam dos processos essenciais da sociedade, baseados no modo de produção escravista. Franco narra a maneira como o grupo dos homens livres e pobres dependia da troca de favores com grandes proprietários para sua reprodução, em uma relação que implicava, por um lado, o reconhecimento intersubjetivo de ambas as partes e, por outro, uma relação de dominação pessoal, que minava as possibilidades do dependente de construir sua autonomia. Ainda, o poder garantido pela propriedade significava que as obrigações do dono de terras com seus dependentes eram flutuantes: conforme os interesses econômicos do proprietário mudavam, ele poderia desfazer-se de qualquer compromisso previamente estabelecido sem a necessidade de oferecer qualquer tipo de satisfação a seu dependente. Ora contava a regra paternalista dos favores recíprocos, ora contava a indiferença moderna — ambos os casos sempre em benefício do senhor de terras.

Circulando entre as obras de Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Machado de Assis, Roberto Schwarz constrói um caminho interpretativo que possibilita a reflexão sobre as relações sinuosas, porém efetivas, entre o desenvolvimento do capital, a organização social familista e o liberalismo no Brasil do século XIX. Ao deslocar sua mirada do regime da escravidão para as relações orquestradas entre homens livres — seguindo as pistas fornecidas pelos romances de Machado e pelo estudo de Franco — Schwarz encontra ali, na prática do favor, a chave para compreender a vida ideológica do país. Igualmente incompatível com a razão, a roupagem moderna pela qual o favor se legitimava cedia espaço a uma “coexistência estabilizada”, em que, “sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfez em fumaça e os

incompatíveis saem de mãos dadas” (SCHWARZ, 2012c, p. 18). As discussões teóricas implicadas nas “Ideias fora do lugar”, ponto chave na obra de Roberto Schwarz, não serão abordadas aqui. O que cabe ressaltar, agora, é o modo como a crítica literária de Roberto Schwarz se manteve sempre aberta a conversar com aquilo que vinha sendo produzido pela sociologia — inclusive aquela uspiana, da qual o crítico pretendia se afastar.

Os princípios da crítica literária de Roberto Schwarz são bastante próximos daqueles de Antonio Candido — de fato, Schwarz talvez seja seu principal herdeiro intelectual⁶. A perspectiva de Candido no tocante à crítica literária sempre foi a da primazia da obra, que deveria ser averiguada a partir do ponto de vista estético. Ao mesmo tempo, sem abandonar completamente o prisma de sociólogo, Candido se interessava em, nos momentos cabíveis, investigar o processo de transformação da realidade social em estrutura artística. Afinal, para Candido, a obra literária não pode ser compreendida como um objeto autônomo, já que ela é formada, também, por elementos que lhe são externos (cf. CANDIDO, 2017). Se trata, portanto, de “uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte” (CANDIDO, 1975b, p. 7), o que é bem diferente de averiguar se existe correspondência entre fatos ficcionais e fatos da realidade. Assim como seu professor, Schwarz também defende a premissa de que a obra, especialmente sua composição, deve ser o ponto de partida do crítico. Simultaneamente, ele entende que o estudo da forma artística tem o potencial de alargar nossos conhecimentos sobre a realidade: “a análise interna da obra literária nos leva a descobrir estruturas que também existem no mundo externo, às vezes sem serem conhecidas” (SCHWARZ, 2009, p. 233). É um percurso analítico que pressupõe, nas obras de arte, a existência

⁶ As muitas e conhecidas continuidades entre o pensamento de Antonio Candido e de Roberto Schwarz acabam encobrindo a existência de certas divergências entre os dois intelectuais, como argumenta Alfredo César Barbosa de Melo (2014). Para Melo, a proximidade pessoal entre Schwarz e Candido e a dinâmica de poder que existia entre os dois (Candido ocupava, afinal, uma posição superior na hierarquia universitária) poderiam causar certos constrangimentos que impediam Schwarz de formular críticas mais explícitas a seu mestre. No entanto, suas visões de Brasil eram bastante distintas: “É possível ver em Candido um socialista otimista, que deposita imensa fé nas potencialidades do povo — sempre tão melhor que sua elite. Em Schwarz, há o pessimismo frankfurtiano, isto é, um socialismo já sem redenção e a certeza que o Brasil só [se] integra à modernidade pelas portas do fundo” (MELO, 2014, p. 413).

de certos conhecimentos que só poderiam ser acessados via experiência sensível. Assim, seu desvelamento depende muito mais do folego interpretativo do crítico e de sua capacidade de convencimento do que da implementação de metodologias sistemáticas (BROWN, 2019). Desse modo, a arte — e, sobretudo, a literatura — assume a feição de objeto potencial de investigação sociológica, ainda que não sob os moldes tradicionais da pesquisa científica.

Em Schwarz, a forma literária é “síntese profunda do movimento histórico” (SCHWARZ, 1997a, p. 135), de modo que o crítico mantém distância das interpretações que enxergam a obra em uma perspectiva meramente documental, como se a arte fosse um retrato do mundo social. A valorização da forma e da composição — ou seja, daquilo que é propriamente estético — permite, na visão do crítico, uma complexificação maior a respeito de como o real aparece na obra, pois ele se manifestaria mesmo nas entrelinhas do texto — sem a necessidade de se explicitar no conteúdo: “[...] note-se que a ênfase no valor mimético da composição, em detrimento do valor de retrato das partes, chama uma consideração mais complexa *também do real*, que não pode estar visado em seus eventos brutos” (SCHWARZ, 1997a p. 135, grifos no original). Esse é o caso da leitura que Schwarz faz de *As memórias póstumas de Brás Cubas*, que chega até a tese da volubilidade caprichosa das elites brasileiras oitocentistas a partir dos vaivéns, aparentemente ilógicos, encontrados na voz do narrador: “há método nas manhas narrativas do romancista” (SCHWARZ, 1997b, p. 115). Método este que se apropria da sensação de estranheza provocada pelo encontro de liberalismo e escravidão, narrada em “As ideias fora do lugar”, e que se manifesta na voz errática de Brás Cubas — para quem o liberalismo, os valores iluministas, a formação acadêmica e a atuação política não passavam de frivolidades a serem ostentadas (cf. SCHWARZ, 2012a). Trata-se da manifestação formal daquilo que Schwarz chamou de desfaçatez de classe, ou seja: a maneira como as elites senhoriais brasileiras, dependentes do modo de produção escravista, valiam-se do léxico liberal moderno para aumentar sua margem de manobra e expandir o alcance de sua dominação.

Quando se trata de Roberto Schwarz, praticamente inexistente separação entre aquilo que é literário e aquilo que é sociológico. Partindo de pistas estéticas, Schwarz encontra caminhos possíveis de serem trilhados sob uma mirada própria da teoria social. A partir da prosa machadiana e sua capacidade inovadora em combinar

matéria local com influxo estrangeiro, Roberto Schwarz consegue elaborar uma concepção de marxismo e de teoria crítica que se funde à peculiaridade brasileira (cf. QUERIDO, 2019b). Sua sociologia, então, aparece de maneira desviante, já que Schwarz encontra na literatura tanto um objeto de reflexão propriamente sociológico quanto uma perspectiva analítica que fundamenta sua crítica ensaística. Mais do que isso, o fechamento da sociologia a perspectivas de ordem cultural ou estética representa, para Schwarz, uma limitação à capacidade interpretativa dos sociólogos brasileiros. Essa acaba sendo uma das grandes críticas que o autor faz aos seus colegas seminaristas que, ao deixarem de aliar suas reflexões sobre o Brasil com os potenciais críticos que podem ser encontrados na cultura, acabavam por restringir seus achados, dizendo menos do que poderiam dizer caso ampliassem seu olhar aos horizontes estéticos (SCHWARZ, 1999). Estamos muito próximos daquela qualidade impura que Gabriel Cohn atribuiu à sociologia adorniana, frontalmente oposta à rigidez da divisão disciplinar universitária:

[...] a Sociologia só afastaria o risco de se esterilizar ao elaborar de modo consequente e criativo sua condição de ciência impura, intimamente mesclada a outras. E não se tratava de convite trivial à “interdisciplinaridade”. O desafio proposto por Adorno [...] só poderia ser formulado, em se tratando dele, em termos dialéticos. A questão decisiva, para ele, refere-se à “mediação interna das disciplinas tratadas e de certo modo postas em relação entre si”. Nesses termos, tal como a sociedade à qual se refere, a Sociologia também não se basta. [...] A Sociologia recebe, destarte, a incumbência de ousar ser impura sem deixar de ser ela mesma: ciência da sociedade que não hesita em perturbar o severo rigor do método com os ruídos da crítica, do entrelaçamento com outras ciências e das exigências normativas (COHN, 2008, p. 33–34).

A trajetória intelectual de Schwarz, que permanece heterodoxa independentemente do ponto de vista a ser tomado, evidentemente causou — e ainda causa — inúmeras desconfianças e torcidas de nariz. Sociólogos acusam Schwarz de não ser científico, de omitir as contribuições dos grandes sociólogos — como Durkheim, Mauss, Elias, Goffman ou Bourdieu — e de conceder à obra artística “foros privilegiados de tratamento”, que implicariam a recusa em tratá-la como “trabalho socialmente construído” (MICELE, 2007, p. 57). Ao mesmo tempo, Schwarz não escapa das críticas vindas da teoria literária: não é difícil encontrar um estudioso da literatura pronto para acusar Schwarz de ser excessivamente “sociologista”. Para alguns, a leitura de Schwarz

sobre as *Memórias póstumas* — que identifica na volubilidade do narrador a desfaçatez das elites brasileiras — resulta em um reducionismo histórico-sociológico que, ao mesmo tempo em que estaria deixando de lado o valor estético do romance, impediria leituras universalistas⁷ da obra de Machado de Assis (cf. COUTO, 2020). Para outros, a crítica de Schwarz a respeito do mesmo romance se limita a investigar capítulos de menor qualidade estética e, dessa forma, acaba por retirar a subjetividade do narrador e a filosofia implícita em sua personagem (WOLFSON, 2017). Ou seja, Roberto Schwarz consegue ser, simultaneamente, para os sociólogos, excessivamente um crítico literário, e, para os críticos literários, excessivamente sociólogo. Não que essa qualidade seja uma surpresa: se a própria realidade é contraditória, por que a trajetória de um intelectual crítico não deveria ser, ela também, contraditória? Além do mais, apesar das polêmicas, a obra de Schwarz é considerada inescapável e necessária em ambas as áreas do conhecimento. Não é à toa que quando acadêmicos da literatura se lançam à tarefa de interpretar Machado de Assis, Roberto Schwarz é parada obrigatória — mesmo quando se trata de discordar de sua análise. Já na sociologia, mesmo aqueles que questionam a “empatia apaixonada e incondicional para com as feições estéticas das obras” (MICELI, 2007, p. 57), reconhecem que

⁷ Na realidade, um dos grandes problemas teóricos de Roberto Schwarz foi pensar na dualidade *local vs. universal*. No que diz respeito à recepção internacional de Machado de Assis — que se divide, grosso modo, em duas tradições: uma que valoriza os aspectos universais de sua obra, outra que não consegue separar o autor do Brasil — Roberto Schwarz questiona a própria ideia de universalidade. Levando em consideração o recente processo de colonização e a maneira como as metrópoles engrandecem a si mesmas, qual passa a ser o critério de universalidade? “Por que supor, mesmo tacitamente, que a experiência brasileira tenha interesse apenas local, ao passo que a língua inglesa, Shakespeare, o New Criticism, a tradição ocidental e *tutti quanti* seriam universais? (...) Se o propósito é duvidar da universalidade do universal, ou do localismo do local, ela é um bom ponto de partida” (SCHWARZ, 2012d, p. 29). Machado de Assis, quando tematiza justamente as personagens mais cosmopolitas do Brasil oitocentista, estaria, na visão de Schwarz, acentuando a matéria local do romance — uma vez que essas personagens se imaginam acima da situação periférica do país. Ainda, aprofundando ainda mais a crítica à polêmica entre universal e particular, desmascara a posição desigual entre países colonizados e a metrópole: “Por baixo da engrenagem retórica, lógica e estética do particular e do universal, pressionando-a e dando-lhe verdade, como um imenso subentendido, há luta de classes, luta entre nações, patamares desiguais de acumulação cultural, além de luta artística e crítica” (SCHWARZ, 2012d, p. 42).

“A história intelectual do Brasil contemporâneo é impensável sem a narrativa autocrítica de Roberto Schwarz” (MICELI, 2007, p. 65).

No que diz respeito ao ensaio, um gênero textual que já constitui tradição nas reflexões sobre o Brasil há mais de século, acreditamos que Schwarz renova sua maneira de ser e lhe concede um sentido que — pelo menos em relação à tradição de pensamento sobre o Brasil — é repleto de novidades. O ensaio de Schwarz é fragmentário, dialético e sempre aberto aos caminhos da experimentação e da incerteza. Se, para Adorno, o ensaio ocupa a posição intermediária entre arte e ciência, a obra ensaísta de Roberto Schwarz lhe concede, ainda, a possibilidade de permanecer em uma segunda encruzilhada — onde a crítica literária se tinga de sociologia e vice-versa.

Referências

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. *In: Notas de literatura I*. Tradução: Jorge de Almeida. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003a. p. 15–46.

ADORNO, T. W. Palestra sobre lírica e sociedade. *In: Notas de literatura I*. Tradução: Jorge de Almeida. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003b. p. 65–90.

ADORNO, T. W. **Introdução à sociologia**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

ADORNO, T. W. Introdução. *In: Dialética negativa*. Tradução: Marco Antonio Casanova. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009. p. 11–56.

ALMEIDA, J. de. Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano. *In: CEVASCO, M. E.; OHATA, M. (org.). Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 44–53.

ARRIGUCCI JR., D. Movimentos de um leitor. *In: Outros achados e perdidos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 234–260.

ARRUDA, M. A. do N. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. *In: MICELI, S. (org.). História das Ciências Sociais no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Vértice, 1989. v. 1, p. 234–315.

ARRUDA, M. A. do N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. *In*: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. v. 2, p. 107–232.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 47–66, 2010.

BROWN, N. Interpretation without Method, Realism without Mimesis, Conviction without Proposition. **Mediations**, Chicago, v. 33, n. 1–2, p. 119–137, 2019.

CANDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945. *In*: **Literatura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975a. p. 109–138.

CANDIDO, A. Crítica e sociologia. *In*: **Literatura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975b. p. 3–15.

CANDIDO, A. Dialética da malandragem. *In*: **O discurso e a cidade**. 1. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993a. p. 19–54.

CANDIDO, A. Sobre Roberto Schwarz. *In*: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 13–17.

CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 9–26.

CANDIDO, A. O socialismo é uma doutrina triunfante. **Brasil de fato**, São Paulo, 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/12/morre-o-critico-e-sociologo-antonio-candido-leia-uma-de-suas-ultimas-entrevistas>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, F. H. Livros que inventaram o Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 37, p. 21–35, 1993.

CHAGURI, M. M. Essayism and Sociology in Brazil: Notes on Colonization, Slavery and Nation. **The American Sociologist**, v. 51, n. 3, p. 306–317, 2020.

COHN, G. A Sociologia como ciência impura. *In*: ADORNO, T. W. **Introdução à Sociologia**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 19–34.

COHN, G. A Sociologia como interlocução. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**, 29 mar. 2023. Disponível em: <<https://blogbvps.com/2023/03/29/a-sociologia-como-interlocucao-por-gabriel-cohn/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COUTO, E. P. Roberto Schwarz e a desativação da universalidade do Brás Cubas. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 90–104, 2020

EULALIO, A. Pai de família, mas desconfiado. *In*: **Livro involuntário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. p. 313–317.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, F. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. *In*: **A sociologia no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1977a. p. 25–49.

FERNANDES, F. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. *In*: **A sociologia no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1977b. p. 50–76.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GIANNOTTI, J. A. Notas para uma análise metodológica de "O Capital". **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 29, p. 60–72, 1960.

HELAYEL, K.; BRASIL JUNIOR, A. Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 74, p. 97–118, 2019.

MELO, A. C. B. de. Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 403–420, 2014.

MICELI, S. O chão e as nuvens: ensaios de Roberto Schwarz entre a arte e a ciência. *In*: CEVASCO, M. E.; OHATA, M. (org.). **Um crítico na periferia do**

capitalismo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 54–65.

MORETTI, F.. A new intuition: On Roberto Schwarz's critical work. **New Left Review**, Londres, n. 131, p. 87–97, 2021.

PASINI, L. A forma do ensaio de Roberto Schwarz: Acumulação crítica e o fio solto do modernismo brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 120, p. 315–333, 2021.

PULICI, C. De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969. **Perspectivas**, São Paulo, v. 31, p. 97–120, 2007.

QUERIDO, F. M. Nacional por negação: ensaio e “crítica independente” no último Roberto Schwarz. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 74, p. 233–249, 2019a.

QUERIDO, F. M. Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 107, p. 235–261, 2019b.

RAMASSOTE, R. M. A sociologia clandestina de Antonio Candido. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 219–237, 2008.

RICUPERO, B. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 525–556, 2013.

RODRIGUES, L. S. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958–1978)**. Doutorado em História – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. *In*: **Que horas são?** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a. p. 129–155.

SCHWARZ, R. Complexo, moderno, nacional e negativo. *In*: **Que horas são?** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b. p. 115–125.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. *In*: **Sequências brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 86–105.

SCHWARZ, R. Cuidado com as ideologias alienígenas. *In*: **O pai de família e outros estudos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, R. Roberto Schwarz. *In*: MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). **Retrato de grupo — 40 anos do CEBRAP**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 227–245.

SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012a.

SCHWARZ, R. Por que “ideias fora do lugar”? *In*: **Martinha versus Lucrecia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b. p. 165–172.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012c.

SCHWARZ, R. Leituras em competição. *In*: **Martinha versus Lucrecia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012d. p. 9–43.

SCHWARZ, R. Sobre a leitura de Marx no Brasil. *In*: **Nós que amávamos tanto O Capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 17–26.

SCHWARZ, R. Sobre Antonio Candido. *In*: **Seja como for**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019a. p. 264–269.

SCHWARZ, R. Do lado da viravolta. *In*: **Seja como for**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019b. p. 103–116.

SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social. *In*: **Seja como for**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019c. p. 223–251.

SCHWARZ, R. Memorial Acadêmico. **Literatura e sociedade**, São Paulo, n. 33, p. 188–198, 2021.

SCHWARZ, R. Roberto Schwarz. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 40, p. 11–33, 2023.

WOLFSON, N. Alternative protagonism and narrative disruption in Brás Cubas: a reconsideration of Roberto Schwarz's voluble narrator. **Machado de Assis em Linha**, São Paulo, v. 10, n. 21, p. 119–141, 2017.